

CAPÍTULO XIII

Tecnoburocracia e Populismo

O autoritarismo tecnoburocrático-capitalista, embora parcamente legitimado, é exercido em nome da industrialização e do desenvolvimento nacional. Talvez a constatação deste fato tenha levado Thomas Skidmore, analisando o caso do Brasil, a comparar e praticamente identificar o regime instalado após a Revolução de 1964 com o Estado Novo de Getúlio Vargas (1935-45). Ambos teriam se originado de golpes militares que pretendiam afastar a ameaça contra o Governo de golpes da direita e da esquerda. E “as similaridades de suas origens naturalmente levaram a uma similaridade nos objetivos e ações do Estado Novo e dos governos após 1964. Estas similaridades são mais óbvias nas características sociais e ideológicas dos regimes”. Estas características similares seriam para Skidmore o anticomunismo, a defesa de interesses de classe, a expansão do setor público, a centralização governamental, o nacionalismo versus o cosmopolitismo, o estatismo versus a livre empresa, e o corporativismo versus o individualismo (1973, pp. 37 a 43).

Embora descrevendo dois regimes igualmente autoritários, anticomunistas e estatizantes, a análise de Skidmore é basicamente equivocada por uma série de razões. Em primeiro lugar, as origens e formas dos dois movimentos militares foram muito diversas. O Estado Novo instalado em 1937 foi efetivamente produto de um golpe militar puro e simples, já que a revolução política e socialmente significativa foi a Revolução de 1930, também liderada por Vargas. O golpe de 1937 consolidou e ao mesmo tempo foi o termidor burguês de 1930. O movimento de 1964 inicial-

mente aparentou ter sido mais um simples golpe militar. E de fato suas características iniciais foram estas. Mas uma análise mais cuidadosa nos leva à conclusão de que se tratou de uma revolução, no sentido em que mudou não apenas o Governo, mas também a composição política da elite dirigente estatal, que passou a reconhecer a existência de uma nova classe dominante associada à burguesia: a tecnoburocracia. Em segundo lugar, o golpe de 1937, sob o pretexto de uma ameaça, na realidade não muito significativa, da tomada do poder pela esquerda comunista ou pela direita integralista, teve como consequência manter um governo relativamente de centro no poder. A Revolução de 1964 foi uma ameaça um pouco mais consistente, mas ainda debilmente formulada de tomada do poder pela esquerda, que estaria representada no governo de então. Não havia ameaça de direita. Ou melhor, a revolução foi a vitória da direita e importou na derrubada do governo constitucional. Finalmente — e este é o fato mais importante — o Estado Novo foi simplesmente um capítulo autoritário do Estado Populista, enquanto que em 1964 é o momento da instalação no Brasil do Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente.

O equívoco de Skidmore, portanto, decorre de um erro de perspectiva histórica. Imagina que a história se repete, quando isto não é possível nem razoável, na medida em que muda o grau de desenvolvimento das forças produtivas, que surgem novas relações de produção e novas classes sociais, que se definem novas formas de luta de classes, novas estruturas jurídico-institucionais e novas ideologias. O que facilmente se repete é o autoritarismo da classe dominante. Certas ideologias e certas tendências históricas também podem repetir-se. Não a própria História.

Entretanto, a proposta de Skidmore tem um mérito básico. Ela salienta certas similaridades que não são meramente ocasionais. Na verdade, tanto o populismo como o capitalismo tecnoburocrático são modelos políticos capitalistas e dependentes. Mas além desta constatação, que é óbvia, existe uma constatação que é menos óbvia, mas que se for correta permitirá lançar luz não apenas sobre o caso brasileiro, mas sobre o populismo em geral e sua transição para o capitalismo tecnoburocrático.

Nossa sugestão é a de que no populismo o componente tecnoburocrático, embora ainda claramente subordinado, já era considerável. No Brasil o Estado Novo, mais do que a Revolução de 1930, é o momento em que surge a tecnoburocracia no cenário histórico com peso específico. O pacto populista tinha-a como um de seus participantes. Nos anos cinquenta, mais do que no Estado Novo, é a ela que cabe a formulação ideológica e já até a um certo ponto o comando econômico da industrialização desenvolvimentista.

No Brasil o Estado Populista surge a partir da Revolução de 1930, marcada pelo movimento tenentista. Ora, o tenentismo é antes de mais nada uma primeira manifestação da emergência da tecnoburocracia estatal ao nível das forças armadas. É o primeiro sinal inequívoco de que as forças armadas começam a perder suas características caudilhescas de mero instrumento das oligarquias rurais latino-americanas e a adquirir certo grau de autonomia política. A Revolução de 1930, entretanto, terá como conseqüência fundamental o fortalecimento e consolidação da burguesia industrial brasileira. Os intelectuais que então participam do Estado têm origem e ideologia nitidamente burguesas. A tecnoburocracia estatal está apenas nascendo. Já nos anos cinquenta o peso da tecnoburocracia estatal, não apenas militar mas também civil, começa a se fazer sentir. Esta tecnoburocracia em emergência é constituída inclusive de intelectuais geralmente de origem burguesa, mas ocupando cargos burocráticos no Estado. E formam-se organizações estatais, entre as quais as mais significativas são o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, e a Escola Superior de Guerra, que irão responsabilizar-se, ainda que sob formas diferentes, pela formulação da ideologia burguesa do populismo. Neste momento a tecnoburocracia ainda mantém uma posição inteiramente subordinada e de apoio à burguesia, mas já é um componente significativo do pacto populista.

A ideologia proposta é a da união nacional sob a liderança da burguesia industrial, é a afirmação do industrialismo, do desenvolvimentismo, do nacionalismo definido com industrialismo e união nacional em torno da burguesia, e do intervencionismo estatal moderado, visando o planejamento econômico e o apoio à industrialização que resolverá todos os problemas nacionais.

Na América Latina em geral o pensamento da CEPAL enquadra-se nessa linha. A própria burguesia industrial e seus representantes mais diretos são muito menos capazes do que a nova intelectualidade tecnoburocrática em definir a ideologia da industrialização acelerada.

J. A. Guilhon de Albuquerque, a partir de uma sugestão de Fernando Henrique Cardoso sobre a formação na América Latina de um grupo de ideólogos da burguesia industrial, recrutados nos "setores 'tecnológicos' das classes médias (economistas, militares, engenheiros etc.);" (1967, p. 102), propõe que a ilusão de uma burguesia nacional e a própria iniciativa do desenvolvimento industrial não couberam à burguesia, mas a esse grupo, que eu chamaria de tecnoburocratas, já então controlando o aparelho do Estado. Afirma Guilhon de Albuquerque: "Esses ideólogos, essencialmente os homens políticos e os altos funcionários que

forjaram o projeto *desenvolvimentista* e conduziram o movimento político, de onde provêm eles? Eram os ideólogos da burguesia tradicional? Como então foram ‘reciclados’? Não seriam eles os arautos de uma classe ainda inexistente? Se, entretanto, é possível interpretar o papel das classes médias urbanas a partir de sua função política, levando em conta a autonomia relativa do Estado, é possível levantar uma outra hipótese. É a esse grupo relativamente autônomo em relação à burguesia tradicional que cabe a iniciativa do desenvolvimento. E consegue de fato dar ao Estado a iniciativa e a predominância no setor industrial, ainda que o projeto desenvolvimentista proponha favorecer a iniciativa privada. A criação de um setor industrial privado — ainda que sua constituição seja muito fraca — gera a ilusão de uma burguesia industrial nacional que teria tomado a vanguarda na coalizão desenvolvimentista” (1972, p. 203).

Estes intelectuais tecnoburocráticos, marcados por posições de esquerda em diversos graus, não apenas definem o pacto e a ideologia populista, mas também afirmam que a associação de classes proposta, sob a égide da burguesia industrial, seria a única fórmula para se alcançar o desenvolvimento. Hélio Jaguaribe, um dos membros mais representativos do ISEB, foi o mais notável e brilhante expositor dessa tese. Propunha uma aliança da burguesia industrial, da tecnoburocracia emergente, que ele então chamava de “classe média tecnológica”, e do proletariado em torno da ideologia do “nacionalismo desenvolvimentista” (1962, p. 208). E afirmava a necessidade de a burguesia assumir a liderança política: “No regime vigente, que é o do capitalismo possível nas condições do nosso tempo, abre-se para a burguesia brasileira a oportunidade histórica de promover o desenvolvimento econômico-social do país. Essa oportunidade tem um prazo: o da atual geração. Tem condições: a de instaurar o desenvolvimento mediante a máxima eficácia da função empresarial, dentro de uma política que conduza o capitalismo brasileiro à maior compatibilidade possível com as exigências da democracia social e de massas, particularmente no sentido de reduzir os privilégios de classe e igualar as oportunidades. Para que essas duas condições se realizem, faz-se mister que os setores dinâmicos da burguesia brasileira assumam a liderança da classe e a transformem numa classe de investidores e de empresários austeros e eficientes. E faz-se mister que a burguesia brasileira logre conquistar a liderança das demais classes sociais, mobilizando os setores dinâmicos da classe média e do proletariado no sentido de nossa transformação econômico-social, conduzindo à rápida liquidação de todas as formas de privilégio e parasitismo que mantêm vigentes a política de clientela e o Estado Cartorial” (1958, a, p. 99).

Nos anos sessenta o pacto populista entrou em colapso. O projeto da liderança burguesa sobre o proletariado e a tecnoburocracia em ascensão foi abandonado. A tecnoburocracia estatal, sob liderança militar, realinhou-se com a burguesia e com o capitalismo internacional para constituir o Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente, com a exclusão do proletariado e dos grupos progressistas de intelectuais e estudantes.

Fica claro por esta análise que a classe tecnoburocrática emerge no período do Estado Populista e já tem um papel significativo seja em sua implantação, através do tenentismo, seja através da formulação posterior de uma ideologia populista. Seu papel é ainda eminentemente subordinado. Os intelectuais progressistas que participam dessa formulação ideológica irão depois ser excluídos do poder com a instauração do Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente. A base tecnoburocrática do Estado, entretanto, fortalece-se e o novo Estado irá transformar-se em um aparelho ideológico, coercitivo e econômico poderoso para assegurar o poder do novo bloco histórico que se forma.